

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
**HISTÓRIA – BACHARELADO E LICENCIATURA**

**YAN ALLEN SILVA SANTOS**

**RESISTÊNCIA ANARQUISTA NA DITADURA MILITAR**

**Salvador**

**2011**

## RESUMO

Neste trabalho procuramos mostrar uma forma de resistência pouco conhecida pela história da resistência a ditadura militar, que é a anarquista. A pesquisa analisa um movimento social não hegemônico (perdendo sua hegemonia na classe trabalhadora em meados do século XX), (re) aparecidos durante a vigência da ditadura militar. Os anarquistas, durante o período do regime, estavam envolvidos em diversos segmentos da sociedade dentre eles podemos citar o estudantil com a criação da Federação livre dos Estudantes, o operário, com a tentativa de rearticulação da COB (Confederação Operária do Brasil) com a Pro-COB, o artístico-cultural, em alguns grupos de resistência como os poetas na praça, com a edição de um jornal, vinculando nele, críticas, poesias e musicas. Utilizou-se de uma ferramenta muito comum das esquerdas, o jornal alternativo, e dele é possível analisar alguns campos de atuação destes. Falaremos ainda sobre a cisão desse Jornal e o resultado desta.

**Palavras chave:** Anarquia, Ditadura militar, Libertário, Bahia, Resistência.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. GOLPE DO CAPITAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O GOLPE DE 1964 .....	9
3. ANÁLISE CRÍTICA DA REPRESSÃO E DOS ANARQUISTAS NA BAHIA NO PRIMEIRO PERÍODO REPRESSIVO .....	13
4. EXPRESSÕES ANARQUISTAS DURANTE O REGIME MILITAR .....	16
5. ANARQUIZANDO O MOVIMENTO ESTUDANTIL: ANARQUISTAS E MOVIMENTO ESTUDANTIL NA BAHIA .....	21
6. CONCLUSÃO.....	25
7. REFERÊNCIAS.....	27
8. ANEXOS.....	29

## 1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi iniciada na perspectiva de preencher algumas lacunas na História do Brasil Republicana, mais especificamente, no período da ditadura militar. Algo muito notório nos atuais trabalhos referentes à ditadura é a resistência da esquerda ao regime. Sabendo disto, e não encontrando registros de resistência de cunho libertário, iniciamos uma pesquisa nos questionando por qual motivo os anarquistas não participaram da resistência ao regime.

Durante a pesquisa foi possível notar que existiu sim resistência, todavia, na Bahia, só foi possível encontrar registros a partir da criação do Jornal O Inimigo do Rei.

Utilizamos como método e teoria o materialismo histórico e dialético por considerar o método de análise mais coerente para compreender os motivos do golpe, a implantação do regime, a resistência a ele, e a resistência libertária.

Em virtude disto dividimos este trabalho em contexto geral, explicando as razões para o desencadeamento do golpe, e para isso fizemos a crítica baseando-nos em obras de Nildo Viana, para embasamento teórico do movimento do capital e o processo de luta de classes e Karel Kosik para desmistificar algumas afirmações ao nosso ver errôneas, no que tange a responsabilidade pelo golpe.

Logo após desmistificamos a afirmação de “área de recuo” designada a algumas regiões do Brasil, entre elas a Bahia. Para isso utilizamos a obra “Bandeira vermelha: aspectos da resistência na Bahia” de Sandra Souza, para assim tentar explicar o motivo de só existir participação efetiva dos anarquistas a partir de 1977, já que como é possível concluir na obra citada, existiu resistência armada na Bahia.

Em seguida, analisando fontes primárias, entrevistas<sup>1</sup>, e o pouco material escrito sobre um dos instrumentos de luta dos anarquistas, o jornal alternativo “O Inimigo do Rei”, fizemos considerações sobre como era tocada essa luta, sobre a

---

<sup>1</sup> Muitas feitas por Carlos Baqueiro, organizador do livro “O Inimigo do Rei: Imprimindo Utopias Anarquistas” e disponibilizadas em site de armazenamento público de vídeo.

cisão que deu origem a um outro instrumento, deixando clara a posição dicotômica a qual se encontravam os libertários.

E por fim, fazendo uma análise através de jornais de grande circulação e o jornal anarquista, nós apresentamos a atuação do movimento anarquista no movimento estudantil, mais especificamente no congresso de reconstrução da UNE, e para melhor atuar nesta, a criação de uma organização que pressionava para a transformação da entidade nacional em instrumento político dos estudantes, autogerido, que apesar das críticas de que a UNE reaparece natimorta, utilizam-se de seus espaços para fazer a denúncia, por isso avaliam como importante a participação no congresso. Falamos também sobre a atuação no movimento estudantil universitário, que em virtude dessa pesquisa ter como uma de suas fontes o IR<sup>2</sup>, que nasceu de um panfleto chamado “O fantasma da liberdade”<sup>3</sup>, se concentra na atuação dentro da UFBA(Universidade Federal da Bahia)

---

<sup>2</sup> O Inimigo do Rei

<sup>3</sup> Panfleto criado no curso de Filosofia que deu origem ao Inimigo do Rei

## 2. GOLPE DO CAPITAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O GOLPE DE 1964.

Como nesse trabalho pretendemos falar sobre uma forma de resistência no período da ditadura militar, vamos analisar a relação da dinâmica do capital e o golpe de 1964, tomando como base teórica escritos de Nildo Viana, bem como contrastar com análises que levantam outros elementos, para através desta crítica entender de forma sucinta como foi a organização da classe trabalhadora mediante os ataques sofridos pela classe dominante, e dentro dessa oposição dar o enfoque no objeto de pesquisa deste trabalho que são os libertários.

Fico (2004) faz um levantamento historiográfico sobre a ditadura militar, e em sua obra ele trata das tendências históricas que abordam o período, dentre elas, as que mais têm sentido para essa pesquisa, são aquelas que tentam explicar as causas do golpe, que em seu levantamento é possível notar a posição de destaque do materialismo histórico. Todavia, dentre estes, que em seus trabalhos tentam elucidar as motivações do golpe, alguns, segundo nossa análise, acabam supervalorizando elementos que assumem um papel secundário naquele momento histórico e sua desmistificação é inexorável para uma compreensão da “coisa em si” facilitando o entendimento da resistência ao regime instaurado no país.

O autor supracitado, afirma em sua obra que Gorender foi responsável pela seguinte análise das causas do golpe:

Portanto, Gorender consolidou, em traços gerais, duas das principais linhas de força interpretativas sobre as razões do golpe: o papel determinante do estágio em que se encontrava o capitalismo brasileiro e o caráter preventivo da ação, tendo em vista reais ameaças revolucionárias providas da esquerda. (FICO, 2004, p. 14)

O estágio que estava o capitalismo brasileiro - que será pormenorizado no decorrer do texto-, somado a luta de classes existente, não deve ser equiparado em grau de motivação para o golpe, com a ameaça de um golpe comunista, justamente por este último ser reflexo da luta de classes.

Kosik (1976) escreve que *“A dialética trata da ‘coisa em si’. Mas a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é*

*necessário fazer não só um certo esforço, mas também um détour.”* Com isso podemos ter como norte a busca da essência dos fatos, por isso analisamos que a situação tensa na relação entre a classe trabalhadora e aquela que a explora, no final dos anos 50 e início dos anos 60, como bem coloca o próprio Gorender, em *Combate nas trevas*, e Viana em *Acumulação capitalista e golpe de 64*, é a reação da classe trabalhadora diante do processo de intensificação da exploração por parte da classe dominante, para a retirada de mais-valor, que em virtude do regime de acumulação subordinada, ao qual o Brasil está submetido, necessita enviar parte do que foi explorado para os países exploradores.

Dentre estes, temos os E.U.A. encabeçando a lista, que por viver uma crise em virtude da resistência a super-exploração interna, vai aumentar a extração de mais-valor dos países subordinados.

Com isso não estamos dizendo que Gorender está errado ao afirmar que existiam chances de um levante revolucionário de “esquerda”, apenas, reiteramos, consideramos que este não deve ser classificado como um dos motivos preponderantes para o desencadeamento do golpe. Karel Kosik em seu livro, *A dialética do concreto*, afirma que:

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno. (Kosik, 1976, p. 12)

Logo, o que aqui classificamos como fenômeno, que é a possibilidade de um golpe oriundo das “esquerdas”, está revelando a essência, que é o processo de aumento da exploração à classe trabalhadora, que revela o acirramento da luta de classes e o regime de acumulação do Brasil bem como a sua relação sobretudo com o capital norte americano. Sendo assim cabe ao pesquisador “indagar e descrever

como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde.” (Kosik, 1976, p. 12)

Feita a análise das causas para o golpe de 1964, e a desmistificação das causas secundárias, é imprescindível para justificação e pormenorização da explicação anterior tecer comentários sobre os motivos essenciais.

O modo de produção capitalista apesar de ter como premissa a extração do mais-valor sobre a classe trabalhadora, a forma que isso vai acontecer respeitará a inter-relação ditada pela conjuntura. Essa dinâmica tanto pode ser o resultado da concentração e centralização do capital, quanto da luta de classe, como das formas de organização do Estado, mas o desenvolvimento sempre tem como força motriz principalmente a ação do capital, mas seria um erro desconsiderar a luta de classes.

Viana explica que a organização estatal está totalmente dependente do regime de acumulação:

Estes regimes de acumulação significaram não apenas determinada organização do processo de trabalho, mas também determinadas formas estatais e de relações internacionais. Por exemplo, o Estado liberal era a forma estatal do regime de acumulação extensivo; o regime de acumulação intensivo, por sua vez, possuía como forma estatal o Estado liberal-democrático, enquanto que o regime de acumulação intensivo-extensivo o Estado integracionista (do “bem estar social”, “intervencionista”) e o integral, o neoliberal. Também ocorrem mudanças culturais, sociais, entre outras, que acompanham as mudanças dos regimes de acumulação. (Viana, 2005, p. 4)

Assim, é possível concluir que a ditadura militar foi uma necessidade devido ao regime de acumulação a ser inserido no país.

Segundo Viana (2005), a relação entre o regime de acumulação subordinada e acumulação dos países imperialista era de interdependência. Logo, quando o país imperialista sofria uma crise, aumentava a exploração dos países subordinados para suprir a falta das potências, e as elites locais exploravam ainda mais para suprir a saída “extra” de capital, por isso o conhecido efeito cascata no sistema capitalista.

A compreensão disto vem com a contextualização e análise do sistema intensivo-extensivo, mais notável no pós-segunda guerra, que devido ao conflito de classes nos países desenvolvidos, a classe trabalhadora local alcança algumas benesses, mas em contra partida, passa a haver um aumento da exploração internacional já que apenas a exploração interna não consegue garantir o “bem estar social” prometido por tal regime.

Enquanto isso o Brasil vivia o regime de acumulação subordinada, onde as classes dominantes, como já foi citado, retirava o mais-valor que garantisse sua lucratividade interna e externa. Outro ponto a ser ressaltado é a importante “aliança” que existia entre a burguesia nacional, o Estado e o capital estrangeiro que deixava os dois primeiros na condição de subordinado, o que vai ter um papel importantíssimo para pressionar o país subordinado a garantir o envio da mais-valia para o exterior.

Com a crise do sistema intensivo-extensivo na maior potência capitalista, os E.U.A., faz-se necessário maior extração de excedente do trabalho nos países subordinados. No caso do Brasil, vivíamos um governo populista, onde houve a tentativa de integração da classe operária, mas o seu histórico de subordinação tornou-a débil o que foi aumentando gradativamente a luta de classes e acabou culminando no golpe em 64. (Viana, 2004)

Sendo assim, podemos afirmar que o golpe foi dado devido a necessidade que o capital externo tinha de intervir no Brasil, aliado ao capital nacional, para garantir que a extração do excedente fosse enviado às potências capitalistas, sem prejudicar tanto a extração local, já que aumentava a resistência da classe trabalhadora aos processos de exploração, como já foi explicado acima.

### 3 - ANÁLISE CRÍTICA DA REPRESSÃO E DOS ANARQUISTAS NA BAHIA NO PRIMEIRO PERÍODO REPRESSIVO

A pretensão nesse capítulo é desmistificar algumas questões relacionadas à ditadura na Bahia, como a classificação de “área de recuo” e a inexistência de resistência armada no estado, fundamentando esta afirmação através da produção de Souza (2009). E em constante pesquisa, mas já com alguns resultados, dissertaremos sobre um dos motivos que até então foi levantado para a não participação dos anarquistas na luta armada.

Por muito tempo acreditou-se na idéia, e até hoje permanece em livros didáticos e no senso comum, de que a resistência armada na ditadura aconteceu exclusivamente no eixo Rio-São Paulo. Tal afirmação foi superada e Souza trás esse debate a tona, colocando, através de documentos, entrevistas e sua análise detalhes de organizações de esquerda armadas, que tinham atuação também na Bahia, existindo formação de célula, combate armado. Ela coloca que:

Nas entrevistas com alguns ex-militantes das organizações armadas pesquisadas, constatamos uma tendência a destacar, explicitamente, a Bahia como ‘área de recuo’, uma idéia pra nós não resolvida [...] (Souza, 2009, p.127)

Logo mais a diante ela vai concluir que esse termo “área de recuo” é algo genérico, que não se refere especificamente à Bahia, sendo que poderia ser, por exemplo, São Paulo uma área de recuo para um militante “queimado”<sup>4</sup> na Bahia.

Comprovada a existência de resistência armada então por qual motivo os anarquistas não pegaram em armas?

Gorender (2003)<sup>5</sup> aponta que existia um projeto de revolução a ser posto em prática pelas esquerdas, somado a isso a participação dos partidos junto aos sindicatos comprovam no mínimo duas teses. Uma é que a esquerda marxista-bolchevique estava organizada. Outra é que tinha o mínimo de contato com a classe

<sup>4</sup> Termo utilizado para designar o militante que os militares já tinham conhecimento da atuação.

<sup>5</sup> Em “Combate nas trevas” Jacob Gorender coloca o plano das esquerdas, sobretudo o PCB em pegar em armas para deflagrar a revolução socialista. Não entramos no mérito se existia ou não condições reais para tal, até porque esse não é o objetivo da pesquisa, todavia entramos em discordância com o autor quando o mesmo afirma que esse foi um dos motivos preponderantes para o golpe, que acaba tendo relação com a pesquisa, pois para entender o porque da resistência, faz-se necessário entender o porque do golpe.

trabalhadora. Isso, acreditamos, foi fundamental para que a esquerda bolchevique pegasse em armas e combatesse os militares.

Por outro lado, os anarquistas desde o início do século XX tem uma atuação extremamente importante para a classe trabalhadora. Com o aumento do processo industrial e formação da classe os anarquistas organizados enquanto anarco-sindicalistas, através de lutas radicalizadas fazem embates diretos com o capital (Viana, 2006).

Porém, durante o governo de Artur Bernardes, vai iniciar uma caça aos anarquistas envolvendo deportações, assassinatos, torturas (Samis, 2004). Em Getúlio, a vinculação dos sindicatos ao Estado influenciou fortemente para a continuação da desarticulação do movimento que, além de sofrer baixas, devido a ideologicamente apontar o papel do Estado como instrumento que serve aos interesses da classe dominante, se recusava a se organizar tutelado por ele.

Rodrigues (1993), trás em seu livro diversos documentos e comentários sobre o anarquismo de 1962 a 1980, contudo, o que é possível observar é que existem ações isoladas e críticas as atuações marxistas, salvo o CEPJO (centro de estudos Professor José Oiticica) que é fechado pela repressão, representando a mão de ferro com qual era governada o país, pois nesse episódio teve arrombamento por parte de militares da aeronáutica, furto de livros, depredação do patrimônio, além de prisões, abusos (RODRIGUES, 1993).

Também podemos citar o jornal “O protesto” que articulou e resistiu no sul do Brasil, todavia obtivemos poucas informações sobre o mesmo, o pouco que pudemos ter conhecimento foi através do livro de Rodrigues (1993) onde além de articular um encontro de estudantes libertários no seu periódico de 1968, faz fortíssimas críticas ao regime e a suposta herança getulista. Não detalhamos mais informações e a atuação dos mesmos pela falta de informações, já que até a conclusão desta pesquisa somente tivemos acesso aos matérias disponíveis no livro supracitado.

Com isso, concluímos, que apesar de ter existido resistência anarquista na ditadura, essa resistência foi relacionada à segunda repressão que se deu no país. E a articulação dos libertários no estado da Bahia foi possível devido o momento de tensão. Mas a resistência não foi armada. Ignorando os motivos subjetivos que possam ter o que podemos seguramente afirmar é que um dos motivos para essa não atuação foi devido à desarticulação que o movimento passou.



#### 4 - EXPRESSÕES ANARQUISTAS DURANTE O REGIME MILITAR

Quando falamos de resistência ao regime militar nos remete a pensar na luta contra a censura política, onde os militantes de esquerda eram perseguidos, torturados e mortos. Esse período, que de fato foi o momento de maior tensão social no Brasil durante o regime, também conhecido como “anos de chumbo”, durou até fins dos anos sessenta. Logo após inicia-se uma nova censura, a de diversões públicas:

Não houve uma censura durante o regime militar, mas duas. A censura da imprensa distinguia-se muito da censura de diversões públicas [...] [A primeira] Era praticada de maneira acobertada, através de bilhetinhos ou telefonemas que as redações recebiam. A segunda era antiga e legalizada, existindo desde 1945 e sendo familiar aos produtores de teatro, de cinema, aos músicos e a outros artistas. Era praticada por funcionários especialistas (os censores) e por eles defendida com orgulho. Amparava-se em longa e ainda viva tradição de defesa da moral e dos bons costumes, cara a diversos setores da sociedade brasileira. Durante a ditadura houve problemas e contradições entre tais censuras. A principal foi a penetração da dimensão estritamente política na censura de costumes — justamente em função da mencionada vitória da linha dura caracterizada pelo AI-5. Aliás, tal politização da censura de diversões públicas por vezes transpareceu a impressão de unicidade das censuras durante o período. Curiosamente, houve grande diferença entre as fases mais punitivas de uma e de outra. A censura da imprensa acompanhou o auge da repressão (quando se pensa em cassações de mandatos parlamentares, suspensões de direitos políticos, prisões, torturas e assassinatos políticos) que se verificou entre finais dos anos 60 e início dos anos 70. A censura de diversões públicas, porém, teve seu auge no final dos anos 70, já durante a “abertura”. (Fico, 2004, p. 34)

No início dos anos setenta inicia-se um afrouxamento (o que não significa dizer que não existia mais) da repressão política (mas não econômica) aos jornais, e é justamente através desse instrumento que os anarquistas na Bahia (e depois em outros locais do Brasil) propagaram suas idéias.

Esse segundo tipo de censura colocada por Fico está intimamente atrelada aos chamados “bons costumes” e a moral cristã. Além desses passa a fazer parte também dos campos a ser censurado, o político, devido a vitória dos “linha dura” como o próprio autor relata. As primeiras edições do jornal tinha um caráter mais

político, voltado para o movimento estudantil, critica ao Marxismo Bolchevique, críticas aos modelos ditatoriais, e na primeira edição, no ano de 1977 com o título “Uruguai: a direita totalitária” é feita uma crítica ao modelo parecido com o de todo o cone sul, implantado no país.

No número três publicado em 1978 sai uma matéria chamada “Bendita entre as mulheres” que denuncia a conivência da Igreja, especificamente a apostólica romana, e o seu real interesse com a prostituição na Bahia, alegando que a instituição é dona e vive do aluguel de casas que são utilizadas para a prostituição, apontando ainda a situação caótica dos que ali residem. Em 1979 saiu uma matéria intitulada “Filho bicha eu mato” que criticava a postura homofóbica de uma pessoa pública, fazendo uma análise do micro para o macro, criticando a sociedade brasileira.

Através da análise desses fragmentos é possível notar que a resistência, o embate e a propaganda política totalmente contrária a que pregavam os favoráveis ao regime, era algo inexorável a propaganda anarquista.

Sobre a gradativa mudança temática que vai sofrendo o jornal será falado amiúde posteriormente, mas deve-se ressaltar a posição contra-hegemônica tomada pelos anarquistas indo de frente a censura implantada, que apesar de não ser mais censura da imprensa, criticava os valores morais da sociedade brasileira, incomodando militares e civis conservadores.

Abordaremos o período que se estende de 1977 a 1985 sendo 1977 ano de início do jornal “O Inimigo do Rei”. Ainda dentro desse recorte tem o aparecimento da revista “Barbárie” em 1980 (uma cisão com O Inimigo do Rei) e fim do regime militar em 1985.

Oliveira (2007) em sua dissertação, e Rodrigues (1993) em “O Ressurgir do Anarquismo”, afirmam que o movimento anarquista, apesar de ter tido uma inserção muito grande durante o início do século XX, não havia desaparecido, porém os que se reivindicavam como pertencentes de tal movimento eram expressivamente um número menor. Todavia, escrever somente sobre os grandes personagens e grandes fatos é cair novamente no historicismo, estilo de escrita comodista, que foi superado no século XIX.

A política de negação da liberdade de imprensa era muito presente no país, sobretudo por vigorar ainda o AI 5, e é devido a essa limitação da produção intelectual que setores da esquerda se organizam para burlar tal repressão. Com isto, tornando-se evidente para a esquerda a necessidade de uma oposição ao regime dos militares, alguns indivíduos da população que contrapunha a repressão passaram a propagar suas idéias nos jornais alternativos e que -em sua grande maioria- assumiam um papel de veículo de informação contra-hegemônica.

Após o AI 5 ser revogado, em 1º de janeiro de 1979, quando a emenda constitucional número onze entrou em vigor, os jornais alternativos não ganharam sua autonomia tão esperada. Políticas bem elaboradas para dificultar economicamente a edição desses jornais ajudou a causar um hiato na sua produção. É essa nova censura que tenta apagar a resistência através dos alternativos, e ela não era um decreto e sim nos valores absurdos dos elementos básicos para a produção de um jornal, como afirma Pinto:

Para sufocá-la, foram utilizadas 'medidas legais', propostas pelo Centro de Informações do Exército – Ciex, cujo objetivo era derrubar a imprensa alternativa sem a utilização de métodos reconhecidamente autoritários. Tais 'medidas legais' consistiam, sobretudo, na criação de exigências burocráticas que inviabilizassem o surgimento e a manutenção de jornais (PINTO, 2006, p.134).

Em uma edição d'O Inimigo do Rei, Lipper, um dos colaboradores, explica as dificuldades para se manter um jornal alternativo (1984, p.2):

O Inimigo do Rei está de volta. Apesar de ninguém se aperceber disto (o pior cego...) é o único jornal auto-gestionário feito no Brasil e o único alternativo feito na Bahia. As dificuldades são imensas, principalmente as financeiras, pois como o Centro de Informação do Exército (CIEX) dizia nos idos do governo Figueiredo, a meta do sistema não é a censura da política e, sim, a censura econômica. Isto é, eles foram criando barreiras e mais barreiras econômicas para a impressão de qualquer coisa, a tal ponto que ficou tão caro imprimir o jornal que tivemos que passar por uma temporada nos reorganizando para vencer os obstáculos que o sistema colocou a nossa.

Uma das formas que o jornal inimigo do rei tinha para continuar a ser publicado, vinha da venda de seu material e contribuição dos próprios militantes. No entanto essa política econômica de autofinanciamento não era uma estratégia viável que vingaria a longo prazo, já que segundo Pacheco, a dificuldade para vender o material era latente, sobretudo pelo conteúdo do jornal. (PACHECO, 2006).

No levantamento bibliográfico para a produção deste trabalho, percebemos que são poucas as fontes historiográficas que retratam sobre anarquismo no período militar, sobretudo na Bahia. Porém, dentre o pouco material produzido, os que discutem sobre o anarquismo focam apenas o jornal “O Inimigo do Rei”, todavia às pesquisas não respondem em qual esfera social era mais efetiva a atuação dos anarquistas, não trata da dicotomia existente no período relacionado ao ideal anarquista, que de um lado tinha o neo-anarquismo, que é o ideal com uma roupagem pós-moderna, que mantém o seu foco na luta das micro-estruturas, sob forte influência de Foucault.

E por outro lado o anarquismo clássico, que prezava pela luta classista, por ver nesta a verdadeira possibilidade de emancipação das classes subalternas, pois considerava o capital como o grande responsável pelas injustiças existentes.

Esse contraste dicotômico não ficou apenas no discurso. Em 1980 por achar que o jornal estava se tornando um desvio dos ideais libertários como afirma Rodrigues (1993), um grupo rompe com o jornal e juntamente com outros militantes dá início a Barbárie, revista esta que tem poucas referências resultado de pesquisas acadêmicas, mas que foi utilizada para abordar principalmente as demandas do anarquismo clássico.

A revista também era organizada de forma auto-gestionária contrariando mais uma vez tanto a organização das classes hegemônicas quanto os comunistas que apesar de também divulgar suas idéias através de revistas e jornais não se organizavam de forma que não houvesse hierarquia.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Em virtude da incipiente pesquisa referente à Barbárie, estamos iniciando para um trabalho futuro pesquisas sobre a mesma, para integrar a essa análise sobre o período ditatorial.

Além da resistência através dos periódicos os libertários também atuavam com o grupo *Poetas na Praça*, onde expunham poemas e atuações que podemos classificar segundo Holanda (2004) como poesia marginal.

Poetas marginais publicaram o seguinte n' *O Inimigo do Rei*:

uma forma de arte / que não esteja vinculada à luta das classes  
trabalhadoras / oprimidas / como forma de apoio / a nível de conhecer e  
discutir / o aqui agora de sua realidade / e transformá-la / como apoio e  
desordem / por uma nova ordem / onde não haja deuses / e estados /  
explorados / e oprimidos / e ter mais / só para ter / a ilusão de que valeu ter /  
em troca de ser<sup>7</sup>

Fruto da dinâmica de outros campos como o econômico, o político, o social, a expressão cultural melhor é compreendida de forma concreta, analisando-a através do princípio da totalidade, que neste caso somado ao processo histórico nos levará a compreender o motivo que a poesia marginal busca romper com os padrões estéticos e artísticos, e pode ser conhecido como meio de resistência no regime militar.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> *Manifesto – Por poesia revolucionária, do Movimento Poetas na Praça, publicado no jornal O Inimigo do Rei em Salvador/BA em novembro de 1979.*

<sup>8</sup> Buscando sempre escrever pautados no princípio do materialismo histórico que é a totalidade, opondo-se a uma análise fragmentada, teremos comentários em capítulos anteriores que devem servir de norte para analisar a sociedade pré-64 em vários campos.

## 5 - ANARQUIZANDO O MOVIMENTO ESTUDANTIL: ANARQUISTAS E MOVIMENTO ESTUDANTIL NA BAHIA

Os anarquistas tiveram forte atuação no movimento estudantil, e é nesse movimento inclusive que surge O Inimigo do Rei, com um primeiro nome e ainda no formato de panfleto de “o fantasma da liberdade”. Fazendo fortes críticas a estrutura da UNE, principalmente, pós o congresso de 1979, acusava-os de favorecer apenas um campo político e diante disso fizeram várias manifestações e entendendo a necessidade de se organizar foi criada uma Federação libertária tendo como uma das funções pressionar a UNE para ter uma postura mais democrática.

Os libertários antes da reestruturação da UNE já avaliavam como necessário um novo modelo de instrumento de luta para o movimento estudantil, como pudemos observar na edição de lançamento d’O Inimigo do Rei em 1977, haja vista que segundo a avaliação dos libertários, os “representantes” legais dos estudantes não cumpriam os anseios da base sejam eles D.A.s ou C.A.s<sup>9</sup> isso em virtude da própria proposta de ação dos D.A.s, no período ditatorial, que era cultural e sua total dependência ao departamento (realidade da UFBA) <sup>10</sup>. A luta era pra que este novo instrumento fosse autogestionário<sup>11</sup>. Partindo disso, surge a idéia da criação da Federação Livre dos Estudantes.

Após o maio de 1968 a URSS e/ou o marxismo bolchevique passaram a ser questionados e diversas produções intelectuais influenciaram de forma a dar bagagem para uma crítica mais fundamentada, como por exemplo, podemos citar um intelectual da esquerda que ilustra muito bem esse descrédito com o bolchevismo em seu livro “A instituição imaginária” que é o Castoriadis.

Sabendo disso e levando em conta que a UNE era conduzida por lideranças de vinculação partidária (PC do B e posteriormente o PT entraria na disputa) que tinha uma forte influência da linha marxista do leste europeu (o bolchevismo:

---

<sup>9</sup> Diretório acadêmico e Centro acadêmico são as instituições que cumprem (ao menos na teoria) o papel de representar os estudantes de determinada instituição do nível superior. Sua função a grosso modo equivale a grêmio estudantil para os secundaristas.

<sup>10</sup> Crítica feita no panfleto “O fantasma da liberdade” e no Jornal “O Inimigo do Rei” no seu primeiro número em 1977 sendo o artigo “Federação Livre dos Estudantes” onde fala especificamente disto.

<sup>11</sup> Autogestionário: Organizado de forma horizontal, através da democracia direta. Onde todos tenham participação na criação e na execução.

Leninismo, Stalinismo, Trotskismo), nós podemos entender melhor o que leva a criação dessa organização libertária, um contraponto ao marxismo autoritário, e a sua relação com a união dos estudantes.

Na edição d'O Inimigo do Rei em 1977 foi publicado o seguinte sobre essa federação:

Uma federação livre como solução: vimos que as bases para obtenção de uma livre organização dos estudantes não partirão de seus atuais organismos representativos. Parece que a criação de algum órgão independente é a solução que se impõe. [...] a idéia de uma Federação Livre de Estudantes, é, sobretudo a idéia de algo que possa veicular livremente a participação de qualquer estudante que assim deseja fazer. (...) buscar a autogestão do movimento estudantil. Acreditamos que uma ampla participação, aliada ao mínimo de controle, será a mais objetiva forma de organização para o ME, forma à qual este deve chegar desde agora, independente de objetivos mais imediatos (Id., 1977, p. 10).

Na edição de abril/maio de 1979 do Inimigo do Rei, sai uma matéria intitulada “pacote UNE”, neste, é feita uma análise segundo o pensamento libertário, da proposta de reestruturação que vem de cima para baixo, pronto para a massa (sentido pejorativo) de estudantes alienados.

Ferraz, autor do fragmento do jornal citado abaixo, faz uma comparação da atitude “cupulista” e de estrangulamento do diálogo com a base entre a UNE e os militares nos anos de vigência da ditadura militar.

O que claramente é identificado como uma contradição e inicia uma crise que atinge o movimento estudantil até hoje, é a forma que a UNE reinicia, pois fazem com que está se feche em suas direções e a dita base seja utilizada nos momentos máximos de democracia no parlamentarismo estudantil, que automaticamente retira toda força do movimento estudantil doando-a para as negociatas. Essa visão que alguns setores passaram a ter da UNE contrasta com o principal foco da UNE antes da reestruturação que era a derrubada dos golpistas (sem entrar no mérito da classificação entre resistência democrática ou luta por um projeto político socialista já que como bem explicado por Ridenti (2007) que afirma que existe uma serie de fatores subjetivo que fazem com que uns defendam este argumento e outros defendam aquele, o abandono desse projeto).

A análise de Ferraz na edição de julho e agosto de 1979 d'O Inimigo do Rei, e a leitura das entrelinhas de jornais de grande circulação em Salvador como, "a Tribuna da Bahia", nos levam a concluir que o pacote UNE não tinha sido formulado, nem analisado pela e/ou com a base do movimento estudantil, logo o congresso estava sendo apenas uma encenação de democracia, onde os objetivos já tinham sido traçados e estavam se cumprindo ali, parafraseando o próprio Ferraz.

Ora, ao que tudo indica, esses garotos que se arvoram a líderes da massa estudantil ficaram impregnados do autoritarismo reinante no Brasil nos últimos 15 anos. E aprenderam direitinho, pois até 'pacotes', no mais autêntico estilo Simonsen, já sabe editar. (Id., 1979 p. 9).

As propostas da reconstrução vieram de cima pra baixo<sup>12</sup> por conseguinte ganhou certo apoio dos setores conservadores da época, possivelmente isso explique a insatisfação e mobilização dos anarquistas quanto à reestruturação da UNE.

Na Tribuna da Bahia em 26/05/1979 sai uma matéria afirmando que "*a política brasileira dava um grande avanço e agradecia a um governador oportunista que em momento de fraqueza do regime fez a proposta de reorganização*".

Houve resistência dos setores mais radicais do movimento estudantil para aceitar essa proposta de reorganização do deputado Fernando Coelho, porque além de ter sido uma proposta formulada por um só político, foi feita afastada da opinião da base estudantil e, para aumentar a desconfiança, obteve aprovação unânime dos parlamentares do governo como podemos ver em algumas entrevistas dadas por eles a Tribuna da Bahia na matéria intitulada, "a ARENA e o MDB julgam a volta da UNE" (Tribuna da Bahia, 26/05/1979).

Não ocorreu posição contrária dos que cederam entrevista ao jornal na data mencionada acima, nem de MDEBISTA nem dos integrantes da ARENA, o que causa grande estranheza, pois se não causa medo não há perigo algum naquela (re)organizada UNE. "Sou favorável, mas a UNE é anacrônica" (ACM para o Jornal da Bahia 16/05/1979).

A crítica libertária ao 31º congresso da UNE, sendo este convocado para a sua reestruturação, perpassa pela forma autoritária e por ser constituída pelos seus líderes e cúpulas, e foi justamente isso que alimentou a vontade de atuação dos

---

<sup>12</sup> Cima pra baixo: dos setores hierarquicamente superiores no poder (público) até o povo.

integrantes da FLE<sup>13</sup> lutando de forma ostensiva pela implementação da autogestão na UNE.

Com os gritos e faixas de “abaixo as ditaduras” no plural, os anarquistas queriam denunciar as atitudes autoritárias dos militantes do marxismo bolchevique. Olgária de Mattos apresenta no livro 1968 rebeldes e contestadores: Brasil, França e Alemanha, que o marxismo bolchevique é muito contestado pela forma autoritária que leva a dita revolução e essa crítica influencia bastante o movimento estudantil libertário<sup>14</sup>.

Na edição numero seis, referente ao bimestre julho e agosto de 1979, o jornal O Inimigo do Rei, expõe fotos de militantes e das faixas dos libertários, e dois textos, sendo um deles, o de Alexandre Ferraz, utilizado nesta pesquisa, que mostra a posição contrária dos anarquistas aos militantes marxistas.

E assim como nas ditaduras do leste europeu, todos que contestavam a forma de organização eram chamados de direita, contra-revolucionários e reacionários, como podemos verificar na denuncia na edição nº5 d'O Inimigo do Rei escrito por Alexandre Ferraz.

---

<sup>13</sup> Federação Livre dos Estudantes

<sup>14</sup> Movimento estudantil anarquista

## 6. Conclusão

Com esse trabalho foi possível perceber outro movimento de resistência ao regime militar que não o tradicionalmente falado. Foi possível trazer como os anarquistas resistiam e como estavam organizados no período.

Acreditamos que seja esse um marco inicial para futuras pesquisas sobre os libertários na ditadura, momento que a luta pela liberdade era também a luta pela vida.

É muito importante que também durante o estudo das esquerdas não existam os mesmos erros que a esquerda bolchevique acusa a direita, a de tentar mostrar apenas uma visão dos fatos ocorridos.

Outra contribuição desse trabalho é através do método materialista, tentando a todo o momento fugir do pseudo-marxismo (economicista), fazer análises que nós levem a tirar conclusões dos motivos para o golpe sem um processo de culpabilização da esquerda, ainda que esta seja a esquerda bolchevique, pois existiram motivos extremamente importantes para que a classe trabalhadora (ou aquela que pretende dirigir esta) se organizasse em torno de um projeto de revolução para o Brasil.<sup>15</sup>

Por ultimo é importante citar que a avaliação de forma errônea de como se desencadeou o regime militar em outros locais, exceto São Paulo e Rio de Janeiro amplamente citados na historiografia sobre a ditadura, pode nos levar a minimização da participação de outras regiões no processo de resistência. No diálogo com autores que preenchem essa lacuna, foi possível reafirmar essa posição neste trabalho, algo extremamente importante para que seja possível fazer uma leitura mais justa do período, e ainda, através de uma análise dos anarquistas pré-golpe, foi feita uma primeira avaliação que aponte o motivo para a falta de fontes que indiquem uma participação nesse primeiro período que como indicado por Fico, pode ser classificado como resistência armada.

Com esse trabalho, juntamente com outros poucos, tentamos ajudar a compreender esse reaparecimento do anarquismo, sobretudo na Bahia, e a

---

<sup>15</sup> É importante ressaltar que não foi o objetivo dessa pesquisa avaliar o projeto (caso o tivesse) de revolução da esquerda marxista-bolchevique.

resistência ao regime, mas entendemos que ainda temos um caminho vasto a ser percorrido, e justamente por isso compreendemos que pesquisas sobre a temática inclusive se complementando a esta monografia, tem de continuar sendo produzidas.

## REFERÊNCIAS

- BAQUEIRO, Carlos; NUNES, Eliene. **O Inimigo do Rei: Imprimindo utopias anarquistas**, Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.
- BARROS, Patrícia Marcondes de. **A imprensa brasileira alternativa nos “anos de chumbo”**, Akropolis. Revista de ciências humanas da UNIPAR, Umuarama, v.11, n.2, abr./jun. 2003.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1982.
- DEMINICIS, Rafael; REIS, Daniel Aarão Filho (Org.). **História do anarquismo no Brasil**. Niterói: EdUFF, Rio de Janeiro: MAUAD, v.1, 2006.
- \_\_\_\_\_. ; ADDOR, Carlos Augusto (Org.). **História do anarquismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, v2, 2009.
- FERRAZ, Alexandre. **O pacote da UNE, Salvador**, O Inimigo do Rei, abril e maio de 1979, p. 9
- FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.
- OLIVEIRA, João Henrique de Castro de. **Do underground brotam flores do mal. Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1992)**. Niterói:UFF, 2007. 212 p. Dissertação (Mestrado), Curso de pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- PACHECO, T. Depoimento. [23 de março, 2006]. <http://www.youtube.com/watch?v=nSggyUS7tQ4>: **Entrevista com Tony Pacheco**. Entrevista concedida a Carlos Baqueiro.
- PAGANOTTO, Waldir. **Imprensa alternativa e Anarquismos. “O Inimigo do Rei” (1977-1988)**. Dissertação de Mestrado apresentando na Universidade Estadual Paulista. Júlio de Mesquita Filho Assis, 1997.
- RAGO, Margareth. Foucault. **História e anarquismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. **Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970** In: FERREIRA, Jorge; Reis, Daniel Aarão (Org). **Revolução e democracia 1964...** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. P. 23-51.

- RODRIGUES, Edgar. **O ressurgir do Anarquismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1993.
- SIMÃO, Azis. Os Anarquistas: duas gerações distanciadas. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, 1(1): 57-69, 1.sem. 1989
- VIANA, Nildo. **Estado, Democracia e Cidadania: A dinâmica da Política Institucional no Capitalismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- VIANA, Nildo. **Acumulação Capitalista e Golpe de 64**. Revista história e luta de classe, Rio de Janeiro, v.1, p. 19-27, 2005.
- SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Bandeira vermelha: aspectos da resistência armada na Bahia**. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org) **Ditadura militar na Bahia; novos olhares, novos objetivos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBa, 2009. P. 127-150.
- WALTER, Nicolas. **Do anarquismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001
- Federação livre: uma saída para o movimento estudantil, O Inimigo do Rei**. Outubro 1979, p. 10.
- A volta d'O Inimigo, O Inimigo do Rei**. Outubro 1984, p. 2.

## ANEXO

O pacote da UNE. FERRAZ, Alexandre. O Inimigo do Rei em abril/maio de 1979, Salvador, Bahia.

ABRIL & MAIO DE 1979

O INIMIGO DO REI

PÁGINA 3

## O pacote da UNE

Está vindo aí o "pacote" da UNE. A reorganização da União Nacional dos Estudantes não pôde inem poderia mesmo escapar à tradicional e autoritária forma de movimento estudantil que tem sido impingida, anos a fio, pelas chamadas "lideranças". Enquanto os chefes dos diretórios estudantis encontravam-se até com o ministro da Educação e pediam ao Governador da Bahia um local para o Congresso — os poderes se entendem — e, às escuras, a nível de cúpula, transavam o "pacote", os estudantes, a massa estudantil propriamente dita, chupava o dedo no dia a dia infernal da Universidade, inteiramente por fora de tudo.

Pelo menos aqui na Bahia, praticamente às vésperas do congresso para a reorganização da UNE, o assunto sequer foi ventilado nas universidades. O Di-

retório Central dos Estudantes falou muito sobre isso, é claro. Mas eles, apenas eles e ninguém mais.

Assim sendo, nota-se claramente os caminhos que estão sendo trilhados para a reorganização da entidade. A forma é a mesma de sempre: centralista e autoritária. Por que o assunto não foi amplamente discutido nas bases? Por que aquilo que vai ser "unido" não sabia, até às vésperas do Congresso, exatamente como a coisa seria feita? Por certo que essas perguntas encontraram amplas "justificativas" se dirigidas aos "papas" que estão "cuidando" da reorganização da UNE. Entretanto, também é certo que essas questões deixam a grande maioria dos estudantes confusa.

Todos querem a união dos estudantes a nível

racional. E quem poderia ser contra isso lá exceção do poder estabelecido? Ninguém, é claro. Evidente que os estudantes querem unir-se para fortalecer suas lutas. Entretanto, o como foi esquecido. Isto é, propostadamente esquecido em termos da massa estudantil. Quem garante que — caso a reorganização da UNE fosse debatida exaustivamente com a real maioria dos estudantes — optar-se-ia por esta forma autoritária? Quem garante que o "pacote" arquitetado Deus sabe como e onde interessa realmente à maioria?

Ora, ao que tudo indica, esses garotos que se arvoram a líderes da massa estudantil ficaram impregnados do autoritarismo reinante no Brasil nos últimos 15 anos. E aprenderam direitinho, pois até "pacotes", no mais autêntico estilo Simonsen, já sabem editar.

Em resumo: o processo de reorganização da UNE está sendo exatamente ao contrário do que deveria ser. Está partindo da cúpula para as bases. O congresso, então, não passa de uma encenação digna dos Planaltos da vida quando "elegem" presidentes. Os estudantes não vão eleger presidentes. Mas vão referendar um "pacote" de cuja confecção eles não participaram. De nada adiantará que algumas virgulas sejam mudadas de lugar, que alguns pontos sejam retirados aqui e ali; enfim, o problema básico é que o núcleo, a forma da coisa já vem pronta. E aí, não se mexe. Quem quiser mudar, quem gritar contra, corre o risco — como já é hábito, por sinal — de ser taxado de reacionário, direitista ou, com muito boa vontade, de "ingênuo".

Bem, este é o quadro. A massa estudantil, alienada,

é mais uma vez posta de lado e somente lembrada quando esses doutores do movimento necessitam dela para exibirem sua "força". A massa serve para tomar cassetetes. Os líderes ordenam e a raiz apanta.

Assim, sendo, não é preciso pensar muito para deduzir-se que a UNE que vem aí não representa os anseios da maioria estudantil. Ia mesmo que, no processo de apreensão de métodos que esses líderes sofreram de 64 para cá, esteja incluída uma misteriosa capacidade de adivinhar os desejos da massa, da maioria. Ela vem de cima para baixo, imposta, ditada.

No fundo, tudo isso reflete os caminhos pelos quais anda o movimento estudantil brasileiro. Uma réplica da ditadura imposta pelo golpe de 1964. Como diz o povo, filho de peixe...

ALEXANDRE FERRAZ

## Dar corpo aos porretes?

Pancadaria, engarrafamento, queima de um caixão simbólico, em plena Av. Osvaldo Aranha; julgamento público do General Figueredo e uma passeata por toda a área do Campus Universitário da UFRGS.

Tudo isto ocorreu no dia 15 de março, em Porto Alegre, quando da posse do novo monarca equino: aproximadamente 1.500 estudantes participaram da passeata, sendo apoiados por alguns populares (alguns saíram de seus carros em demonstrações de solidariedade).

Policiais Militares, em demonstrações claras de como vai ser o "novo governo", investiram contra os estudantes, armados de cassetetes e distribuíram o pau de sempre, encorralando os manifestantes no Campus Universitário, quando a manifestação se dissolveu. Após o encerramento da festividade, alguns manifestantes reuniram-se para tirar o saldo organizativo [...] da passeata.

Independente dos fatos noticiados, mostrando a tal farsa da "abertura democrática", convém salientar algumas questões, que, no calor de uma manifestação, às vezes são esquecidas. p.ex., a submissão das pessoas ao sado-masochismo dos dirigentes, que parecem fazer

questão de apenhar e nestas passeatas ficam sempre esperando pela repressão, como se o objetivo desta fosse dar o corpo aos porretes e aos cães de guarda do regime.

É por tudo isto, ou apesar de tudo isto, que é importante que se faça uma crítica, que se analise numa manifestação destas, a sua forma, o seu conteúdo e, principalmente, o seu objetivo...

Não fazer número ou alinhar-se nas colunas dos militantes das lutas partidárias/parlamentares. (Reforçar as lutas parlamentares, procurando a força dos votos, é legalizar o sistema e a disputa pelo poder, e este tem que ser destruído...)

"A passeata não é novidade, eu sabia que ia sair. Já estava tudo combinado." (De uma manifestante, quando foi lançada a proposta de passeata, pela mesa organizadora, no ato público, em Porto Alegre, dia 15 de março.)

A primeira coisa que chamou a atenção, a quem participava apenas como massa de manobra, ou platéia, foi a observância criteriosa do "ritual": foi lida uma carta-aberta a uma "população" inexistente (onde procurava-se chamá-la a participação), a velhas palavras de ordem, berçadas em coro, etc...

O rito implica, necessariamente, numa demonstração de poder, para a sua óbvia manutenção. Melhor ainda quando ele pode ser ostentado. E exerce função primordial de respeito a quem dirige este mesmo ritual já que pela sua própria forma torna-se um ato não-racional, onde, portanto, não há espaço para um processo crítico de participação, muito menos para o debate.

A conclusão lógica é a de que qualquer forma de manutenção de poder é essencialmente autoritária e repressiva.

A partir de uma assembleia livre e aberta, a discussão crítica e o debate espontâneo, e não reprimido, levava a formas criativas de ação não padronizadas.

E dentro de um processo revolucionário, qual seria o papel das passeatas? Ou manifestações públicas?

A passeata tem uma função contestadora, reivindicatória, e também como expressão de propostas políticas. Portanto, uma passeata, enquanto movimentação e expressão de propostas, pode ser utilizada tanto pela direita como pela esquerda. A distinção estaria nos seus conteúdos e nos seus objetivos.

Embora tudo que foi dito acima pareça uma

questão óbvia, justamente aí coloca-se a contradição: até onde uma passeata, enquanto forma, é coerente com seus conteúdos políticos e objetivos (p. ex., num ato público realizado pela "Liberdade de Expressão", na UFRS, um colega foi mandado calar a boca, quando tentava expressar sua opinião...).

Mas, no caso explícito das passeatas estudantis, às vezes serem organizadas de forma autoritária e com o mínimo de participação da grande massa estudantil?

Basicamente a questão resume-se no desinteresse na efetiva e intensa divulgação da necessidade de participação e valor do processo de debate a nível de assembleias livres e abertas. E por que isso? Porque justamente a partir de uma organização político-partidária o autoritarismo é claro e não há espaço para uma crítica mais profunda.

E por que não há uma maior participação do grande número de estudantes? Dão todos que a resposta é muito complexa, que é resultado da situação política do país, do processo de alienação, da desinformação, bii, bii, bii, bii...

Uma passeata deve ser resultado de um processo e do consenso e comunhão

de interesses, decididos em assembleias livres. Onde este processo de debate esteja vinculado aos objetivos da assembleia, a passeata não tem fim em si própria...

As contradições dentro de um regime de direita são os alvos do ataque de movimentos de esquerda, entretanto estes mesmos movimentos enganam-se quando, menosprezam a influência que este mesmo sistema com (com todas as suas contradições) tem sobre suas formas de organização: o processo decisório, o autoritarismo, a hierarquia de poder, a manipulação política etc...

A questão das passeatas e qualquer manifestação contestatória não se dá sobre seu caráter de movimentação, mas sim como crítica à sua forma orgânica (como, na maioria dos casos, nos é dada pelo M.E.). A validade de uma passeata, como contestação expressiva, vai dar-se no momento em que haja uma real participação dos seus manifestantes, sendo criada de um consenso destes e não como proposta imposta por um grupo re-tórico e autoritário.

Que surjam propostas alternativas de atuação, inovadoras e não dependentes as velhas fórmulas dos mesmos esquemas.

João Zanetti Aze

“Filho bicha eu mato!”. O Inimigo do Rei em abril/maio de 1979, Salvador, Bahia.

PÁGINA 14 O INIMIGO DO REI ABRIL E MAIO DE 1979

Cláudio Miranda

## Poder, disciplina e loucura

Existe um debate popular que diz respeito à loucura, comum às várias épocas e lugares. É aquele que diz que “de médico a de louco, todos nós temos um pouco”. Estranha ideia. O médico, aquele que trata o “doente”, o “doente”, são colocados no mesmo plano, iguais, como perturbações possíveis em todos nós. Mas, na verdade, não nos parece grata esta comparação. Pois, na realidade, a história da loucura é uma história entre as diferentes “loucuras”. Sendo que umas acabaram por predominar sobre as outras. A medicalização, ou seja, a loucura de se achar no direito de tratar/guair os outros, derrotou a muito frágil loucura daqueles que vivem ser diferentes. É diferente estamos entendendo aqui, em nossa sociedade disciplinar, a noção de uma identidade, a não assunção do Pacto Social, e não disponibilidade à Produção.

A loucura desta tipo espelha de pensar na imperdável para a nova ordem burguesa. Como indivíduos disciplinados, sãos e saudáveis, poderiam conviver com o risco de surtos, de lapsos, de alterações que o louco e o seu discusso fazem à torto? E foi assim que, nesse período de transição entre a antiga ordem medieval e a nova ordem burguesa, fosse compreendido toda um diálogo preciso que ainda existia entre o louco e a sociedade. Os leproários vazios necessariam novas hospedarias. É O GRANDE ENCLAUSURAMENTO. O começo de uma série que ainda não acabou. Mas que razão frágil a esta que precisa marcar com o estigma da não-raça outras razões? O logos lumin não suportou sua própria sombra. A loucura é esse elemento que precisa ser afastado, ignorado da cabeça sã.

Durante a Idade Média, a Igreja procurou associar loucura e tentação no objetivo de nos salvar. Mas quem nos salvará da tentação da Razão? Com a palavra, nossas sombras.

Se podemos dizer sem receio que existe uma evolução na história moderna do Ocidente, esta evolução é sem dúvida a das técnicas disciplinares. Na ordem feudal estes sistemas ainda não se faziam necessários, isto porque a riqueza era principalmente extraída através da conquista, da apropriação guerraria de terras e tributos, enquanto a economia mercantil ainda tinha pouco peso. O controle desta ordem feudal baseava-se, então, principalmente na Repressão, representada na figura do Rei que puna exemplarmente o corpo do mau súdito. Por enquanto, as técnicas disciplinares ficaram restritas a certas instituições, religiosas, como conventos.

Mas o desenvolvimento da economia mercantil e o posterior aparecimento das primeiras formas de produção capitalista fez com que surgisse, pela primeira vez no imaginário social do Ocidente, aquilo a que se chamou Quênto Social. O fundo no qual pode surgir essa questão está no fato de que, pela primeira vez, a riqueza passou a estar associada à produção, ao trabalho. O trabalho é reconhecido como fonte de todas as riquezas. Novos critérios passam a ser usados para classificar a população: os que trabalham e os que não trabalham. Novas questões surgem: como fazer trabalhar essa massa de desocupados? Como gerar a produção e os homens? E novas soluções: dar trabalho a todos, torná-los produtivos. Está aberto o campo para as técnicas disciplinares anteriores em cena. E com elas novas saberes também aparecem: a demografia; a higiene; o assistencialismo; a criminologia; a psiquiatria etc.

É importante observar que todos esses saberes se constituíram no mesmo processo com que foram concebidos e aplicados os poderes disciplinares. A criação de um novo poder disciplinar está intimamente ligada à criação de um novo objeto de estudo e consequentemente um novo saber: a prisão, o criminoso e a criminologia; o Centro Social, o marginal e o assistencialismo; o Asilo, o doente mental e a psiquiatria etc. A partir da insubordinação da ordem burguesa não sabemos mais acerto onde começa o saber e acaba o poder e vice-versa, pois saber para controlar é o outro lado de controlar para saber.

A expansão e aplicação das técnicas disciplinares foi gradual mas sempre crescente. Certos grupos sociais mais vulneráveis e minoritários, acabaram servindo de cobaias na experimentação das primeiras técnicas disciplinares modernas para uma posterior difusão geral das disciplinas sobre o resto da sociedade. Estes grupos minoritários e marginais foram principalmente os vagabundos, os delinquentes e os loucos.

O caso da loucura é exemplar na ilustração do avanço dos poderes disciplinares. É verdade que a sociedade ocidental nunca aceitou totalmente os loucos, nas certas épocas, como na Idade Média e Renascimento, o louco possuía um saber e este saber era respeitado e ouvido pois vinculava uma determinada verdade crítica sobre o jogo social. Mas, a sacralização da Razão e da Produção que vieram com a ordem burguesa, fez com que o louco virasse pouco sendo desposado, apropriado, primeiramente de seu saber, de sua fala e depois de sua autonomia e mesmo do seu corpo.

O primeiro grande passo desse processo que continua até hoje foi o chamado Grande Enclausuramento mas o espaço desta enclausuração — o Hospital Geral — ainda não era um espaço disciplinar mas sim, repressivo. A preocupação era só de afastar do convívio social os marginais, vagabundos, delinquentes, deficientes, loucos etc. E, portanto, o louco ainda não era objeto dum saber especial. Este só surge quando foi criado um espaço disciplinar especial para os loucos: o asilo.

No momento em que Pinel liberta os loucos dos correntes violentos do Hospital Geral, os loucos ganham a estatuto de doentes mentais. E são graças de correntes invisíveis de ordem disciplinária nascendo, neste artigo foi baseado nas ideias de Robert Castel e Michel Foucault.

## PAI HERODES: “Filho bicha eu mato!”

Julio, como é conhecido por amigos, é muito simpático, demonstra uma total despreocupação com tudo que o cerca.

Um único “terribilismo” dele é homossexual. É isso, por menos que seja observado em seu comportamento, é motivo de grande repressão, principalmente em parte da família.

P. Quando e como você sentiu que tinha tendências homossexuais?

R. Desde os 3 anos de idade (muito mais sentido me dava isso do que a resultava brincadeira e, até mesmo, roupas masculinas. Não foi entre 4 e 7 anos que eu senti realmente minhas tendências e foi a primeira experiência homossexual com dois parceiros mas um pouco de rua.

P. E qual foi a sua reação diante dessa experiência?

R. Depois eu continuei a ser o mesmo, achando que tinha feito uma coisa normal. E permito minha mãe fazer aquilo. Não com 16 anos eu me realmente um “cão”. A gente tirava até as 17 anos (mas, pois eu era mais velho). E nesse tempo começava a expor dentro de casa as fotos e repressões.

P. E como você viveu isso?

R. Não dá para sempre não trabalhar com muito sentido e atenção. Não quando começarem a perceber meu comportamento, diferente dos outros irmãos, mas não, particularmente, o meio a me dar trabalho mesmo, desde que eu não, com meu pai tentando manter minha aparência (fala de homem) no. E nunca converso

que tive com ele, a primeira por sinal, tentando amenizar-me diz: “se eu tiver um filho bicha eu mato!” E isso me deixava praído. Comecei a escondido meus atos. E foi aí que comecei a sentir toda a repressão sobre mim. E a pior (ou melhor?) é que cada vez mais eu sentia que era essa a minha e que repressão nenhuma estava conseguindo mudar meus pensamentos, desejos etc. Já influenciava em meu comportamento, pois era totalmente castrado de agir como eu queria a fim, tanto por parte de minha família, como pelas pessoas com quem convivio (colégio de colégio, vizinhos etc).

P. E as repressões familiares, como eram?

R. De toda hora. Desde antes de chegar ao porto de mandarém que eu saí do meu e fiz de costume na cozinha, “lá, meu, lá, finalmente é quem faz”. E mais “mãe!” “o homem!” quando eu chegava em algum lugar que eles estavam, em sendo de “bicho” pra ninguém saber e procurando o caminho em que fosse possível não se que “falar” comigo.

P. E qual era o tipo de repressão dessas outras pessoas (vizinhos etc)? Como elas reagiam?

R. Os colegas não queriam minha companhia. Viviam falando palavras a meu respeito. Os vizinhos, naquela época toda que já é de costume, é ainda era uma com um prato de casa. Mas eu sempre fui alguém que me achava um pouco diferente.

P. E a família, de novo, isso tudo?

R. Não dá para me desentender mesmo. Não quero nem saber. O único comentário que tenho com isso é através de uma grama que minha mãe manda de vez em quando, que quase não dá pra entender. Ah! os estudos, foi que surgiu.

P. Tudo isso não lhe choca?

R. Claro. Não é que mais me aborrecia é a atitude que os meus irmãos tomam em relação a mim quando estão com pessoas que não sejam da família e do amigo. Eles tentam evitar de me apresentar como “mãe” e a ele mesmo de que essas pessoas me vejam.

P. E a homossexualidade?

R. O homossexualismo, em primeiro lugar, é uma barreira na vida de todo mundo. Não querem ou a maioria das pessoas, está ainda com a cabeça aberta a ponto de aceitar o homossexualismo. Não vou ver como isso é tão banalizado entre as pessoas, eu conheço e quero a que realmente significa a exclusão do homossexualismo dentro de um determinado e a aceitar tudo respeito sobre o assunto. Pois as dúvidas que eu tinha e as que eu resolvei a fim de não as pessoas não tem me dado, muito menos, meus irmãos que nunca tiveram um “bicho” realmente comigo e não seria sobre este assunto que eles não conversam, dialogar comigo. Não sei mais a que se refere a que as pessoas tem mais a que me aceitar e aceitar o homossexualismo.

© Inimigo do Rei - Editora Regina Borges

